

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS PARANÁ

Etiqueta

Folha 01

MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS — ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº 56/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2022

DATA DA ABERTURA: 12 de maio de 2022 as 14:00 (DESERTA)

OBJETO: Aquisição de 01 veículo "0 KM" utilitário tipo PIK UP, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Siqueira Campos, conforme Resolução SESA n° 1067/2021, de acordo com as especificações do anexo I.

RECURSOS:

4 4 0 0	
4.4.90.52.52.00.00	
1 4.4.30 37 37 110 110	\
	Veiculos de Tração Mecânica
	VEICUIUS DE TRACAD MACADICA

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	DEDARTAMENTO
(272) 04.002/2.128/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303	DEPARTAMENTO Divisão de Vigilância
(284) 04.002/2.129/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303	Epidemiológica Divisão de Vigilância Sanitária
(307) 04.002/2.131/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303	Divisão de Atenção Básica a Saúde
(349) 04.002/2.131/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303, 500	e transporte de pacientes Fundo Municipal de Saúde

CRITÉRIO: Menor preço por item

Ц			 j		
	·	15			Ť
		16			
'		17			
		18	,		
		19			
) o		20			

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS-PR SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ASSISTÊNCIA SOCIAL





CNPJ: 09.353.968/0001-76

SAUDE Rua: Benjamin Constant, nº 1962 – Centro – CEP: 84.940-000

MEMORANDO

Ao gabinete

Siqueira campos, 25 de março de 2022.

Venho por meio deste, solicitar abertura de Processo Licitatório para aquisição de um VEÍCULO 0 (ZERO) KM, UTILITÁRIO TIPO PIK UP, viabilizado conforme abaixo:

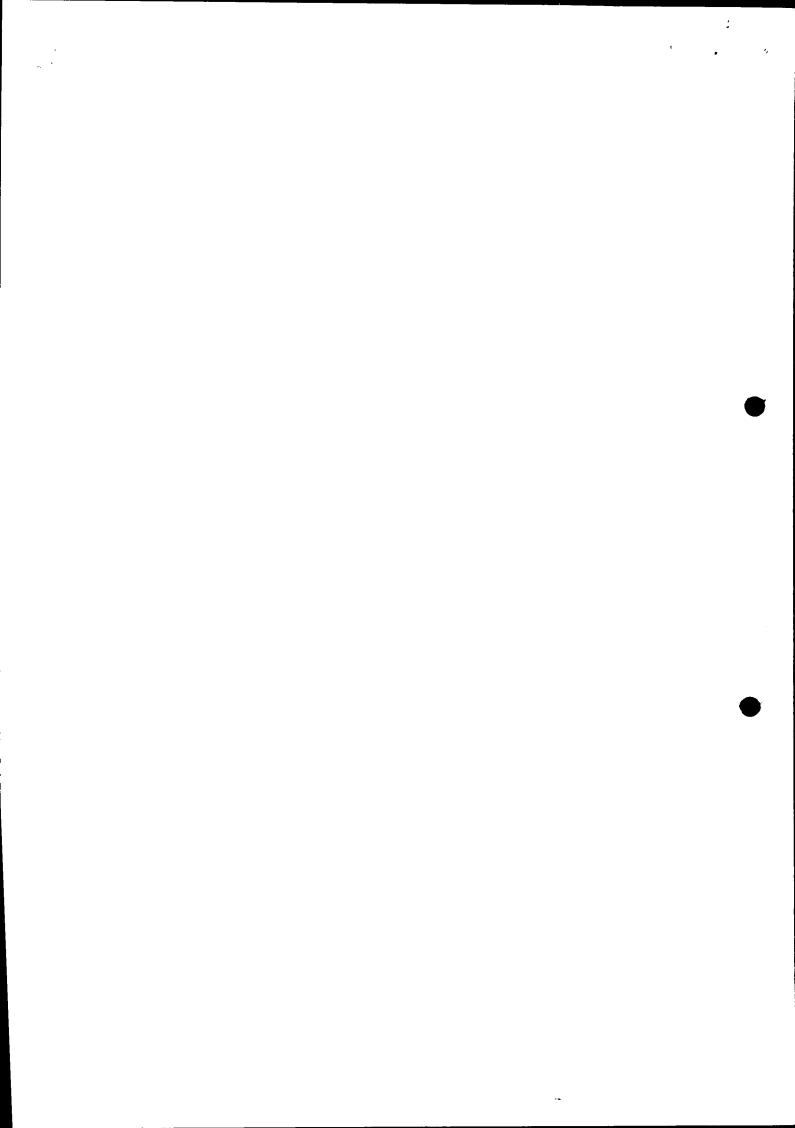
Resolução anexa SESA nº 1.067/2021 - 1 veículo tipo utilitário.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR MÁXIMO (R\$)
1	VEÍCULO 0 (ZERO) KM, UTILITÁRIO TIPO PIK UP, FABRICAÇÃO NACIONAL, MODELO 2022 OU MAIS ATUAL, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.4, CAPACIDADE DE PARA UM PASSAGEIRO SENTADO MAIS MOTORISTA, FLEX, POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 86VC(E) 85CV(G), FLEX, COR BRANCA, CAMBIO MANUAL DE 5 MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AIRBAG DUPLO, VIDROS ELÉTRICOS, FREIOS ABS, PNEUS ARO 15", CARROCERIA TIPO PIK UP, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA ÚTIL DA CAÇAMBA DE 700KG, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CAÇAMBA, PNEU ESTEPE, ATENDER AS NORMAS DE SEGURANÇA DO CONTRAN. GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	1	R\$ 99.000,00

Fontes: 500, 1000 e 1303 - Equipamentos e material permanente

Valeriane Guidio Ferreira

Secretária Municipal de Saúde





CNPJ: 09.353.968/0001-76 AUDE Rua: Benjamin Constant, nº 1962 – Centro – CEP: 84.940-000

ESTUDO TÉCNICO

Siqueira Campos, 25 de março de 2022.

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Solicitação de abertura processo licitatório para aquisição de um VEÍCULO 0 (ZERO) KM, UTILITÁRIO TIPO PIK UP.

Descrição: Veículo 0 (zero) km, utilitário tipo PIK UP, fabricação nacional, modelo 2022 ou mais atual, motorização mínima 1.4, capacidade de para um passageiro sentado mais motorista, Flex, potência de no mínimo 86vc(e) 85cv(g), flex, cor branca, câmbio manual de 5 marchas a frente e uma a ré, direção hidráulica ou elétrica, airbag duplo, vidros elétricos, freios ABS, pneus aro 15", carroceria tipo PIK UP, capacidade mínima de carga útil da caçamba de 700kg, ar condicionado, protetor de caçamba, pneu estepe, atender as normas de segurança do CONTRAN. Garantia mínima de 01 ano.

Justificativa: A resolução anexa da SESA nº 1.067/2021 (1 veículo tipo utilitário); habilita o Município de Siqueira Campos a pleitear adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde — Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, no exercício de 2021.

Nesse sentido se faz importante a Secretaria Municipal de Saúde, aproveitar tal disponibilidade de recursos pelo Governo do Estado para promover a renovação de sua frota.

Do prazo máximo entrega do veículo: 180 dias conforme orçamentos recebidos.

Das características do veículo e dos orçamentos: Por se tratar de veículos com características peculiares não é possível encontrar três fornecedores distintos, sendo encaminhados orçamentos referente a Wolks (Saveiro) e Fiat (Strada), a Chevrolet informou que descontinuou a fabricação da Montana que disputava as vendas na mesma categoria no ano de 2021, Ford já atuava nesse seguimento à muito tempo, demais montadoras como Renault, Toyota e outras oferecem produtos totalmente fora desse conceito já no seguimento de caminhonetes com valores muito superiores a estes.





06



RESOLVE:

- Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão aos programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade "Fundo a Fundo".
- Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 6º da Resolução 769/2019, via e-Protocolo Digital, nos termos do Decreto nº 5.389, de 24 de outubro de 2016.
- Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará Resolução de habilitação e autorização do repasse do referido Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, do Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.
 - Art. 4º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2021.

Carlos Alberto Gebrim Preto (Beto Preto) Secretário de Estado da Saúde



ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.067/2021

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO.

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR UNITÁRIO
Apucarana	Ambulância	R\$ 170.000,00
Arapongas	Ambulância	R\$ 170.000,00
Arapongas	Ambulância	R\$ 170.000,00
Bandeirantes	Ambulância	R\$ 170.000,00
Bandeirantes	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Barbosa Ferraz	Veículo utilitário	R\$ 70.000,00
Bela Vista do Caroba	Veículo utilitário	R\$ 75.000,00
Bela Vista do Caroba	Veículo utilitário	R\$ 50.000,00
Bela Vista do Caroba	Veículo utilitário	R\$ 50.000,00
Bela Vista do Paraído	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Borrazopolis	Veículo utilitário	R\$ 70.000,00
Cafelândia	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Cafelândia	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
California	Veículo utilitário	R\$ 70.000,00
Campo Largo	Ambulância	R\$ 170.000,00
Campo Largo	Ambulância	R\$ 170.000,00
Campo Mourão	Ambulância	R\$ 170.000,00
Campo Mourão	Ambulância	R\$ 170.000,00
Cândido de Abreu	Ônibus	R\$ 450.000,00
Candói	Veículo utilitário	R\$ 60.000,00
Candói	Veículo utilitário	R\$ 60.000,00
Candói	Veículo utilitário	R\$ 60.000,00
Candói	Veículo utilitário	R\$ 60.000,00
Chopinzinho	Veículo utilitário	R\$ 75.000,00
Dois Vizinhos	Ambulância	R\$ 170.000,00
Enéas Marques	Veículo utilitário	R\$ 100.000,00
Espigão Alto do Iguaçu	Ambulância	R\$ 170.000,00
Faxinal	Veículo utilitário	R\$ 70.000,00
Flórida	Van Transporte de Pacientes	R\$ 170.000,00
Godoy Moreira	Ambulância	R\$ 170.000,00
Godoy Moreira	Veículo utilitário	R\$ 100.000,00
Godoy Moreira	Veículo utilitário	R\$ 50.000,00
Guaraqueçaba	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Goioxim	Ambulância	R\$ 170.000,00
Iguaraçu	Ambulância	R\$ 170.000,00
Iguatu	Veículo utilitário	R\$ 75.000,00
Iporã	Ônibus	R\$ 450.000,00
Ivaiporã	Ônibus	R\$ 450.000,00
Jandaia do Sul	Veículo utilitário	R\$ 70.000,00
Jussara do Sui	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00



<u> </u>	:	
Laranjal	Ambulância	R\$ 170.000,00
	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Laranjeiras do Sul	Ônibus	R\$ 450.000,00
Mandaguari	Ônibus	R\$ 450.000,00
Manfrinópolis	Veículo utilitário	R\$ 75.000,00
Mangueirinha	Microônibus	R\$ 320.000,00
Marmeleiro	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
	Veículo utilitário	R\$ 60.000,00
Marmeleiro	Âmbulância	R\$ 170.000,00
Marquinho	Veículo utilitário	R\$ 50.000,00
Medianeira	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Medianeira	Âmbulância	R\$ 170.000,00
Nova Aurora	Ônibus	R\$ 450.000,00
Nova Londrina	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Nova Olímpia	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Paula Frontin	Veículo utilitário	R\$ 70.000,00
Pérola do Oeste	Ambulância	R\$ 170.000,00
Piên	Veículo utilitário	R\$ 60.000,00
Piên	Veículo utilitário	R\$ 60.000,00
Piên	Veículo utilitário	R\$ 60.000,00
Pinhal de São Bento	Veículo utilitário	R\$ 75.000,00
Planalto	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Primeiro de Maio	Ambulância	R\$ 170.000,00
Quatiguá	Microônibus	R\$ 320.000,00
Quatro Barras	Ambulância	R\$ 170.000,00
Quedas do Iguaçu	Ambulância	R\$ 170.000,00
Querência do Norte	Veículo utilitário	R\$ 70.000,00
Quinta do Sol	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Ramilândia	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Reserva	Veículo utilitário	R\$ 70.000,00
Reserva	Ambulância	R\$ 170.000,00
Reserva	Van Transporte de Pacientes	R\$ 170.000,00
Rio Negro	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Rio Negro	Ônibus	R\$ 450.000,00
Roncador	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Sabáudia	Veículo utilitário	R\$ 70.000,00
Salto do Lontra	Ambulância	R\$ 170.000,00
Santa Tereza do Oeste	Veículo utilitário	R\$ 75.000,00
Santo Antônio do Paraíso	Ambulância	R\$ 170.000,00
Santo Antônio do Sudoeste	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
São Antônio da Platina	Veículo utilitário	R\$ 70.000,00
São Miguel do Iguaçu	Ambulância	R\$ 170.000,00
São Miguel do Iguaçu	Ambulância	R\$ 170.000,00
São Pedro do Ivai	Veículo utilitário	R\$ 70.000,00
São Pedro do Paraná	Van Transporte de Pacientes	R\$ 170.000,00
Say reulo do Latalla	, a 1.aop 0.30 00 2 33223400	



Sengés	Ambulância	R\$ 170.000,00
Siqueira Campos	Veículo utilitário	R\$ 70.000,00
Tamarana	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Tuneiras do Oeste	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Tupãssi	Veículo utilitário	R\$ 75.000,00
Ubiratã	Van Transporte Pacientes	R\$ 170.000,00
Ubiratã	Ambulância	R\$ 170.000,00





Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE

Protocolo	171558/2021	·		on Diário Of	icial Ex	ecutivo
Título	Resolução SESA 1067/2	2021		Secretaria d	a Saúde	•
Órgão	SESA - Secretaria de Es	tado da Saúde	. • *	Resoluç	ão-EX ((Gratuita)
Depositário E-mail	RAQUEL STEIMBACH BU		1	Resolu 308,09		<u>67_21.rtf</u>
Enviada em	08/12/2021 15:44	:				.7
··· Data de l	publicação	*				
€ 08/12/2	2021 Quarta-feira	Gratuita 🚈 👵 👝	Alterada	08/12/21 16:22		Nº da Edição do Diário: 11073
Hist	<u>órico</u> TRIAG	EM REALIZADA				

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS PR ORÇAMENTO

EMPRESA PROPONENTE	CNPU/ME_IGPE/ME
COLETTO 3R COM. E SERV. AUTOMOTIVOS LTDA.	30.614.830/0001-70
TELEFONE	E-MAIL: CARLOS CAHONE@COLETTO3R COM.BR
14 99657 7317 14 3326 7100	CIPADE UF
ENDEREGO 2000 2000 2000 2000 2000 2000 2000 20	OURINHOS SP
AV. LUIZ SALDANHA RODRIGUES 2800	

		THE SHALL THE			
Obie	to: PApossivel aquisição de lott pick-up)	100 100 100 100 100 100 100 100 100 100	Beauty and Market		T. William
ITE	IDESCRIÇÃO	APRES	QUANT	VER UNIT	VLR TOTAL
alvesi	Veículo tipo pick-up; Saveiro Robust, cabine simples, na cor branco sólido, ano / modelo 2022/2023, 2 portas,		: ,		; ; ;
	cámbio manual, alimentação flex., motorização 1.6,. :				
÷ :	104 c.v. (etanol) / 101 c.v. (gas.)	, ,			
	segurança do motorista; apoios de cabeça com regulagem de altura; ar condicionado; cintos de segurança retrateis de 3 pontos com regulagem de altura;	ja			5H
·01	e porta copos; conta giros; direção hidráulica; espelho do	uni	01	R\$99.000,00	R\$99.000,0
- ·	ABS e EBD; ganchos para amarração de cargas na caçamba; grade de proteção no vidro traseiro; hidrometro de cambustível; limbador e lavador do	ereakij.			
	para-brisas; luz de iluminação da caçamba; luz de leitura interna; luzes de posição diurnas; protetor de caçamba;	1	*,.		
	retrovisores externos com comando interno mecanico,	٠			
	15; tomada 12V; volante com regulagem de altura; travamento elétrico das portas, vidros elétricos; estepe		•		-
	compatível com as rodas e pneus originais;		ontos au	arenta reais)	

TOTAL: R\$99.000,00(noventa e nove mil e setecentos quarenta reais)

Prazo de Validade do Orçamento: 60 (sessenta) dias consecutivos.

OBS. PRAZO DE ENTREGA NO MINIMO 180(cento e oitenta) DIAS DEVIDO FALTA DE COMPONENTESDAS MONTADORAS

Coletto 3R Comerciole Servicos Automotivos Etda: linscrita no CNPJ sob nº30'614'830/0001-70. Inscr. Estadual 495.214805:1/19(SR)) com sede ma cidade Ourinhos, Estado de SP, av Luiz Saldanha Rodrigues nº2800. Jardim Santos Dumo

Ourinhos,24 de marco de 2022

CARLOS MIGUEL CACHONE

14 99657 7317

30.614.830/0001-70 Inscr. Est. 495.214.805.119 COLETTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA Av. Luiz Saldanha Rodrigues, 2800

Jd. Santos Dumont - CEP 19908-095

OURINHOS-SP



Curitiba, 19 de janeiro de 2022

PREFEITURA DE SIQUEIRA CAMPOS

PROPONENTE: Florença Veículos S/A

ENDEREÇO: Av Marechal Floriano Peixoto, 3501,

CIDADE: Curitiba

Reboucas UF: Pr

CNPJ: 77.968.980/0001-45

COTAÇÕES ORIENTATIVAS

NOVA STRADA ENDURANCE CS 1.4L FLEX 2P 2021/2022

Cilindrada total (cc) : 1.368

Potência máxima (cv) : 85,0 (G) / 88,0 (E) a 5.750 rpm Torque máximo (kgf.m) : 12,4 (G) / 12,5 (E) a 3.500 rpm

Altura do veículo (mm) : 1.608 Capacidade da caçamba (litros) : 1.354 Capacidade de carga (Kg) : 720

Comprimento do veículo (mm) : 4.474 Entre-Eixos (mm) : 2.737 Largura do veículo (mm) : 1.732

Tanque de combustível (litros) : 55

- Airbag duplo (motorista e passageiro)
- Alertas de uso de cinto de segurança do motorista
- Apoia-pé para o motorista
- Apoios de cabeça com regulagem de altura
- Ar-condicionado
- Çintos de segurança retráteis de 3 pontos com regulagem de altura
- Computador de bordo
- Console central com porta-objetos e porta-copos
- Conta-giros
- Controle eletrônico de estabilidade
- Direção hidráulica
- E-locker Controle de Tração Avançado (TC+)
- Espelho no para-sol lados motorista e passageiro
- Follow me home
- Freios ABS com EBD
- Ganchos para amarração de carga na cacamba
- Grade de proteção no vidro traseiro
- Grade frontal na cor preta
- Hill Holder (sistema ativo freio com controle eletrônico que auxilia nas arrancadas do ve ículo em subida)
- Hodômetro digital (total e parcial)
- Indicador de combustível
- Indicador de troca de marcha
- Limpador e lavador do para-brisas
- Luz de iluminação da caçamba
- Luz de leitura
- Luzes de posição diurnas.
- Maçanetas e retrovisores externos na cor preta
- Moldura dos para-lamas
- Motor Fire I A DVZ Elev

- Para-choque traseiro com estribos antiderrapantes
- Porta objetos nas portas
- Porta-escadas
- Preparação para Rádio (Cabeamento e Chicote)
- Protetor de caçamba
- Retrovisores exterños com comando interno mecânico
- Roda em chapa na cor chumbo 5.5 x 15 + Pnéus 195/65 R15
- Suspensão elevada
- Suspeñsão traseira com eixo ômega e molas parabólicas longitudinais
- Tampa da caçamba com novaltecnologia
- Tomada 12V
- Alarme, Vidros elétricos;
- Travas elétricas;
- Brake light;
- Fechadura elétrica na caçamba;
- Comando elétrico da tampa do combustível;
- Ajuste de altura do banco do motorista;
- Protetor de cárter;

Prazo de entrega: 180 dias. Validade da Cotação: 60 dias.

Tabela sujeito a alteração conforme politica comercial da FIAT.

1° emplacamento, junto ao Detran, em nome da Prefeitura

** Veículo zero quilometro o "veiculo antes do seu registro e licenciamento",

Atenciosamente,

Jon 70

CONTATO: Sandro Ilio Brusamolin

FONE: 41.99113-6570

E-MAIL: sandro@florenca.com.br

T77.983.980/0001-45 10.1.43-409±5.1 FLORENÇAN EICULOS S/A AV. MARECHAUFLORIANO PEIXOTO; 3501 PAROLIN-CEP-80.720-001 CURITIBA - PARANA

14

MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - ESTADO DO PARANÁ Rua Marechal Deodoro, 1837 - Centro, Siqueira Campos - PR, CEP: 84940-000. CNPJ: 76.919.083/0001-89

COMUNICADO INTERNO

De: Gabinete do Prefeito Para: Setor de Licitações.

Siqueira Campos, 25 de março de 2022.

Prezados Senhores,

Pelo presente autorizo a abertura de <u>LICITAÇÃO</u> para aquisição de 01 (um) automóvel do tipo pick-up zero km para a Secretaria Municipal de Saúde, com recursos da Secretaria Estadual de Saúde publicado na Resolução n° 1067/2021.

Por oportuno, solicito o encaminhamento do processo à Divisão de Contabilidade para indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer face à despesa.

E visando impor legalidade aos atos públicos, solicito o encaminhamento do futuro edital de licitação ao Departamento Jurídico desta municipalidade para fins de apreciação e análise do referido procedimento.

Atenciosamente,

Luiz Henrique Germano Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - ESTADO DO PARANÁ

Rua Marechal Deodoro, 1837, Centro, Siqueira Campos – PR – CEP 84.940-000. CNPJ: 76.919.083/0001-89

MEMORANDO INTERNO

De: Setor de Licitações

Para: Divisão de Contabilidade

Siqueira Campos, 25 de março de 2022.

Prezado Senhor,

Pelo presente solicitamos a Vossa Senhoria a indicação de recursos orçamentários para abertura de **LICITAÇÃO** para aquisição de 01 (um) automóvel do tipo pick-up zero km para a Secretaria Municipal de Saúde, com recursos da Secretaria Estadual de Saúde publicado na Resolução nº 1067/2021.

Informamos que o valor máximo da aquisição é de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais).

Atenciosamente,

Presidente da Comissão de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS ESTADO DO PARANÁ - CPNJ: 76.919.083/0001-89

٠., ٠.

Siqueira Campos, 25 de março de 2022

MEMORANDO INTERNO

DE: Divisão de Contabilidade PARA: Setor de licitações

Conforme solicitação, segue a indicação de dotação orçamentária para realiza Licitação para aquisição de 01 (um) veículo 0 (zero) Km do tipo Pick-Up para a Secretaria de Saúde com recursos da Secretaria Estadual de Saúde publicado na resolução nº 1067/2021

O valor máximo do processo é de R\$ 99.000,00

4.4.90.52.52.00.00	Veículo de traç	ão mecânica	a
			. 8
DOTAÇÃO _ (272)04.002/2.128/4.4.90.52.00.00.00	DESCRIÇÃO	FONTE	DEPARTAMENTO
(284)04.002/2.129/4.4.90.52.00.00.00	permanente	303	Divisão de vigilância epidemiológica
(30) 0 1.00212.129/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e material permanente	303	Divisão de vigilância sanitária
(307)04.002/2.131/4.4.90.52.00.00	permanente	303	Divisão de atenção básica a saúde e transporte de
(349)04.002/2.134/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e material permanente	303,500	Fundo municipal de saúde

Rontvaldo José Estevão Contador CRC/PR 063.947/0-7



Município de Siqueira Campos - Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2022

Objeto: Aquisição de 01 veículo "0 KM" utilitário tipo PIK UP, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Siqueira Campos, conforme Resolução

SESA nº 1067/2021, de acordo com as especificações do anexo I.

Forma de Disputa: Eletrônica

Tipo: Menor Preço

Critério de Aceitabilidade de Preços: Menor preço unitário.

Prazo de Entrega: Em até 180 (cento e oitenta) dias a contar do recebimento da

Autorização de Fornecimento.

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.

Abertura de propostas e disputa de lances: 12/05/2022 às 14h00min

Data Máxima para recebimento de Impugnações: 09/05/2022 Data Máxima para recebimento de Esclarecimentos: 09/05/2022

Endereço do certame: www.comprasgovernamentais.gov.br

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Sigueira Campos – UASG 987907

Referência de Tempo: Hora de Brasília Email: licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br

Telefone: (43) 3571-1122

ÍNDICE DO EDITAL

- 1 Do Objeto
- 2 Dos Recursos Orçamentários
- 3 Do Credenciamento
- 4 Da Participação no Pregão
- 5 Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação
- 6 Do Preenchimento da Proposta
- 7 Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances
- 8 Da Aceitabilidade da Proposta Vencedora
- 9 Da Habilitação
- 10 Do Encaminhamento da Proposta Vencedora
- 11 Dos Recursos
- 12 Da Reabertura da Sessão Pública
- 13 Da Adjudicação e Homologação
- 14 Da garantia de Execução
- 15 Da Contratação
- 16 Do Termo de Contrato ou Instrumento Equivalente
- 17 Do Reajustamento em Sentido Geral
- 18 Do Recebimento do Objeto e da Fiscalização
- 19 Das Obrigações da Contratante e da Contratada
- 20 Do Pagamento
- 21 Das Sanções Administrativas
- 22 Da Formação do Cadastro de Reserva
- 23 Da impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento
- 24 Das Disposições Gerais





Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

ANEXOS DO EDITAL

- I Termo de Referência
- II Modelo de Planilha de Proposta
- III Minuta Contrato

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 1837, centro, nesta Cidade, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 11/2022, torna público que às 14h00min do dia 12 de maio de 2022, na sede dessa Prefeitura Municipal do Estado do Paraná, será realizada licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, do tipo "MENOR PREÇO", conforme especificações do ANEXO I deste Edital. A presente licitação reger-se-á por este edital e seus anexos, em consonância com a Lei nº 10.520, de 17/07/02, regulamentada pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e também pela Lei Complementar nº 123 de 14/02/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. Subsidiariamente, pela Lei 8.666, de 21/06/93, além das demais legislações pertinentes.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1 - DO OBJETO

- 1.1 Aquisição de 01 veículo "0 KM" utilitário tipo PIK UP, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Siqueira Campos, conforme Resolução SESA nº 1067/2021, de acordo com as especificações do anexo I.
- 1.2 O valor máximo deste edital é R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais).
- 1.3 Em caso de divergência entre a descrição do item/CATMAT no Comprasnet e a descrição no Edital, sempre prevalecerá a descrição do Edital.
- 1.4 A licitação é por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante, se for o caso, a participação em quantos itens forem de seu interesse, se for o caso.
- 1.5 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.4.90.52.52.00.00	culos de Trac	ção Mecânica				
DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	DEPARTAMENTO			





Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

(272) 04.002/2.128/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303	Divisão de Vigilância Epidemiológica
(284) 04.002/2.129/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303	Divisão de Vigilância Sanitária
(307) 04.002/2.131/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303	Divisão de Atenção Básica a Saúde e transporte de pacientes
(349) 04.002/2.131/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303, 500	Fundo Municipal de Saúde

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <u>www.comprasgovernamentais.gov.br</u>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP Brasil.
- 3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, conforme disposto no art. 9° da IN SEGES/MP n° 3, de 2018.
- 4.1.1 Poderão participar deste Pregão somente empresa autorizada (Fabricante ou Concessionária autorizada) de acordo com a Lei Ferrari nº 6.729/79
- 4.1.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.1.3 A participação será aberta para ampla concorrência.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

- proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);





Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

- estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.3 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.3.1que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
- 4.3.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame:
- 4.3.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.3.2 Que esteja ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.3.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.3.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.3.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.3.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1 Valor unitário e total do item, em moeda corrente nacional, expressos em algarismo, fracionados até o limite de 02 (duas) casas após a vírgula;
- 6.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.1.3 Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros.
- 6.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.1.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.1.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear

4



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 6.1.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.1.8 O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.
- 6.1.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas:
- 6.1.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

<u>7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES</u>

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um) real.
- 7.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

- 7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 7.15.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

7.23 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas <u>de pequeno porte</u> que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da <u>melhor proposta ou melhor lance</u> serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.28 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.29 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3°, § 2°, da Lei n° 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.29.1 Dentro do país;

7.29.2 por empresas brasileiras;

7.29.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.30 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

7.31.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

7.32 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019
- 8.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3.1Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata:
- 8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro
- 8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.3 Não haverá exigência de envio de amostra para o objeto da presente licitação.
- 8.6.4 Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 8.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a

4



 $\gamma_{\mathcal{A}}^2$

Prefeitura Municipal de Siqueira Campos

Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação. 8.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

- 8.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 - DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1 SICAF;
- 9.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa_Jurídica_do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)
- 9.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.3.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.3.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

- 9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 Habilitação jurídica:

- 9.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2 Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

- 9.8.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.8.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.8.9 Alvará de funcionamento vigente emitido pela administração do município sede da empresa.

9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943:
- 9.9.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- 9.9.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- 9.9.7 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação

9.10 Qualificação Econômico-Financeira.

- 9.10.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica expedida no máximo há 60 (sessenta) dias, no caso de não haver data de validade;
- 9.10.2 RG e CPF do Sócio Administrador;





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

9.11 Qualificação Técnica Pessoa Jurídica

a) Atestado (s) de Capacidade Técnica, emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente, compatível ou similar em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado.

Obs. Não será aceito atestado emitido pela própria entidade contratante.

9.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital. 9.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

9.19.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

<u>10 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA</u>

- 10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleca vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 - DOS RECURSOS

- 11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

verificará as condições de admissibilidade do recurso.

- 11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico e através do e-mail: licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

14 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 - DA CONTRATAÇÃO

- 15.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.
- 16.2 O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 16.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.3 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos:
- 16.4 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 16.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.
- 16.6 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 16.6.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 16.6.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 16.7 Na assinatura do Contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 16.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o Contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16.9 O Contrato terá validade de 12 (doze) meses a contar da assinatura da mesma.

17 - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1 - As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - Os critério de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no termo de Referência.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 - As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20 - DO PAGAMENTO

20.1 - As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no termo de Referência, anexo a este Edital.

21 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1 Com fulcro no art. 7º da Lei no 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com quaisquer órgãos da União; e com base no art. 87, inciso II da Lei 8.666/1993, estará sujeita à multa, de acordo com a gravidade do inadimplemento cometido, a empresa que:
- 21.1.1 Não mantiver sua proposta ou deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos pelo edital de licitação:
- a) Recusar-se ou deixar de enviar a proposta via Sistema Comprasnet ou remessa postal;
- b) Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pelo Município, durante a análise da proposta;
- c) Deixar de manter as condições de habilitação e endereço atualizado no SICAF;
- d) Desistir expressamente de sua proposta, após a abertura da licitação.
- e) Para os casos correlatos a este item, a empresa inadimplente ficará impedida de licitar e contratar com quaisquer órgãos do Município pelo prazo de até 06 (seis) meses.
- 21.1.2 Deixar de celebrar a ata de registro de preços:
- a) Recusar-se ou deixar de enviar documento(s) necessário(s) à comprovação de capacidade para assinatura da ata de registro de preços: impedimento de licitar e contratar com o Município por até 01 (um) ano e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor total de sua proposta.
- b) Recusar-se ou deixar de assinar o Termo de Contrato, dentro do prazo de validade da sua proposta: impedimento de licitar e contratar com o Município por até 01 (um)

4



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

ano e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor total de sua proposta.

- c) Recusar-se ou deixar de receber a nota de empenho referente à ata de registro de preços: impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) anos e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor do empenho.
- 21.1.3 Fraudar ou falhar na execução da ata de registro de preços, e ensejar retardamento de sua execução:
- a) Recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens registrados: impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) anos e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor da ata de registro de preços.
- b) Atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias: cancelamento da ata de registro de preços; impedimento de licitar e contratar com o Município por prazo de 02 (dois) a 03 (três) anos, além de multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor da ata de registro de preços.
- c) Entregar produtos com características diversas daquelas constantes em sua proposta ou na ata de registro de preços, se recusando ou deixando de substituí-lo no prazo fixado pelo Contratante: impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 02 (dois) a 03 (três) anos, além de multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor da ata de registro de preços.
 - d) Deixar de prestar garantia técnica a qualquer dos itens relativos à licitação, dentro do prazo exigido pelo edital de licitação: impedimento de licitar e contratar com o Município por prazo de 02 (dois) a 03 (três) anos, além de multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor da ata de registro de preços.
 - 21.1.3.1 Nos casos em que a empresa inadimplente entregar os produtos durante o processo para sua penalização, fica facultado à Contratante receber o produto e reduzir a multa até a metade do valor inicialmente calculado, deixando de aplicar a penalidade de impedimento de licitar, de acordo com o prejuízo sofrido pela Administração.
 - 21.1.4 Apresentar documento ou declaração falsa:
 - a) Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório: impedimento de licitar e contratar com o Município por até 04 (quatro) anos.
 - b) Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade: impedimento de licitar por até 05 (cinco) anos.
 - 21.1.4.1 As empresas enquadradas neste item ficarão, ainda, sujeitas à multa de 20% (vinte por cento) em relação à:
 - a) Valor total de sua proposta, quando a ocorrência se der anteriormente à homologação do certame;
 - b) Valor da ata de registro de preços, quando a ocorrência se der após a homologação da licitação.
 - 21.1.5 Cometer fraude fiscal:
 - a) Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;
 - b) Omitir informações em suas notas fiscais ou de outrem;
 - c) Falsificar ou alterar quaisquer notas fiscais.
 - d) Para os casos correlatos a este item, a empresa ficará impedida de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
 - e) As empresas enquadradas neste item ficarão, ainda, sujeitas à multa de 20% (vinte por cento) em relação à:
 - a) Valor total de sua proposta, quando a ocorrência se der anteriormente à





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

homologação do certame;

- b) Valor da ata de registro de preços, quando a ocorrência se der após a homologação da licitação.
- 21.1.6 Comportar-se de modo inidôneo:
- a) Atos comprovadamente realizados com má-fé ou dolo;
- b) Participação na licitação de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente, a qual será constatada com a verificação dos quadros societários, objetos sociais e/ou seus endereços, da empresa participante e da penalizada anteriormente.
- 21.1.6.1 Para os casos correlatos a este item, a empresa ficará impedida de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além do pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total de sua proposta ou da ata de registro de preços.
- 21.2 Além do acima exposto, a adjudicatária se sujeita às sanções de advertência e multa, constantes nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/1993, aplicadas suplementarmente, pela inobservância das condições estabelecidas para o fornecimento ora contratado, da seguinte forma:
- a) Advertência, nos casos de menor gravidade;
- b) Multa de mora de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento), calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega do objeto do Edital, sendo que a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução total da ata de registro de preços, incidindo sanções específicas, conforme item 21.1.3 acima.
- 21.3 As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir indenizações suplementares para reparar os danos advindos da violação de deveres contratuais, apurados durante o processo administrativo de penalização.
- 21.4 Será assegurado à empresa, previamente à aplicação das penalidades mencionadas nesta seção, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 21.5 A aplicação de uma das penalidades previstas nesta seção não exclui a possibilidade de aplicação de outras.
- 21.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 21.7 A dosimetria das penas, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, levará em consideração:
- a) O dano causado à Administração;
- b) O caráter educativo da pena;
- c) A reincidência como maus antecedentes;
- d) A proporcionalidade.
- 21.8 Ainda, nos casos em que couber, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
- 21.9 Caso as multas previstas no edital de licitação não sejam suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 416 do Código Civil Brasileiro.

· **J**



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

- 21.10 Quando a rescisão contratual não for conveniente e oportuna à Administração, esta poderá manter em vigor a ata de registro de preços, cobrando apenas os valores referentes às multas, fundamentando expressamente as razões que motivam a manutenção da relação contratual.
- 21.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar não serão passíveis de reabilitação anteriormente ao final do prazo fixado, tendo os licitantes que cumprir sua integralidade, ressalvado o direito de apreciação judicial do ato.

22 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 22.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 22.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 22.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 22.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

23 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 23.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no setor de protocolo da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 1837, Centro, Siqueira Campos-PR, CEP: 84940-000.
- 23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail licitacao@siqueiracampos.pr.qov.br.
- 23.5 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 23.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 23.6.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 23.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

vincularão os participantes e a administração.

24 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação. 24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos http://www.doe.siqueiracampos.pr.gov.br/, https://www.comprasnet.gov.br/, podendo também ser solicitado pelo e-mail licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br
- 24.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 24.12.1 ANEXO I Termo de Referência
- 24.12.2 ANEXO II Modelo de Planilha de Proposta
- 24.12.3 ANEXO II Minuta do Contrato

Sigueira Campos, 25 de abril de 2022.

Juliana Cristina de Souza

Pregoeira Oficial



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2022

1 - DO OBJETO

Aquisição de 01 veículo "0 KM" utilitário tipo PIK UP, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Siqueira Campos, conforme Resolução SESA n° 1067/2021, de acordo com as especificações do anexo I.

1.1 Poderão participar deste Pregão somente empresa autorizada (Fabricante ou Concessionária autorizada) de acordo com a Lei Ferrari nº 6.729/79

2 - JUSTIFICATIVA

A resolução SESA nº 1.067/2021 habilita o Município de Siqueira Campos a pleitear adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o incentivo financeiro de investimento para o transporte sanitário.

A presente aquisição faz-se necessária visto que a Secretaria de Saúde não dispõe de nenhum veículo do tipo pick up com capacidade de carga.

3 - DA DESCRIÇÃO E ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1 - Para elaboração da sua proposta o licitante deverá considerar a especificação do item, inclusive quanto à unidade de medida, contida neste Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 47/2022.

* Em caso de divergência entre a descrição do item/CATMAT no Comprasnet e a descrição no Edital, sempre prevalecerá a descrição do Edital.





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	V. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Veículo 0 (Zero), km utilitário tipo pick up, fabricação nacional, modelo 2022 ou mais atual, motorização mínima 1.4, capacidade para um passageiro sentado mais motorista, flex, potencia de no mínimo 86cv (e) 85cv (g),cor branca, cambio manual de 5 marchas a frente e uma a ré, direção hidráulica ou elétrica, airbag duplo, vidros elétricos, freios ABS, pneus aro 15", carroceria tipo PICK UP, capacidade mínima de carga útil da caçamba de 700 kg, ar condicionado, protetor de caçamba, pneu estepe, atender as normas de segurança do CONTRAN, garantia mínima de 01 (um) ano.	UND	01	R\$ 99.000,00	R\$ 99.000,00

O Valor máximo da Licitação é de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais).

- 3.1.1 Para fins de análise das propostas, o licitante deverá preencher os campos de marca, fabricante e modelo/versão (quando aplicável), de forma que possa ser verificado exatamente qual material está sendo ofertado.
- 3.1.2 Se não for possível identificar a quantidade ofertada do produto na descrição do item no Comprasnet, ou o formato (caixa, kit, pacote), a proposta poderá ser desclassificada.
- 3.1.3 A avaliação técnica versará sobre o fim a que se destina o produto, a qualidade e durabilidade, além da embalagem de acondicionamento do produto. Será analisado se o produto registrado no Comprasnet, antes da abertura da licitação, corresponde a todas as exigências previstas neste Termo de Referência.
- 3.2 O não preenchimento dos campos com uma única marca, fabricante, modelo/ versão (quando aplicável) e código do produto poderá acarretar a desclassificação do licitante na fase de aceitação por falta de objetividade.
- 3.3 Os licitantes devem ofertar a quantidade total solicitada para cada item.
- 3.4 Não serão aceitas propostas com valores superiores ao estimado pela Administração, sob pena de desclassificação na fase de aceitação.

4 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

	·
4.4.90.52.52.00.00	Veículos de Tração Mecânica

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	DEPARTAMENTO
(272) 04.002/2.128/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303	Divisão de Vigilância Epidemiológica
(284) 04.002/2.129/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303	Divisão de Vigilância Sanitária
(307) 04.002/2.131/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303	Divisão de Atenção Básica a Saúde e transporte de pacientes
(349) 04.002/2.131/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303, 500	Fundo Municipal de Saúde

5 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

- a)Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência do Termo de Contrato;
- b) Considera-se o valor total do contrato aquele atribuído aos materiais e serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora dão Termo de contrato na execução da mesma.
- c) Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual).
- d) O índice a ser utilizado como base para eventuais revisões poderá ser o IGPM/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado) ou IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), optando o Município pelo menor índice em vigência na data da solicitação de reajuste.
- e) O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do valor do contrato no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
- f) Na ocorrência do valor tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Solicitação escrita pela CONTRATADA; PARÁGRAFO SEGUNDO – Apresentação de planilha demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos do contrato; PARAGRAFO TERCEIRO - Os valores registrados poderão ser revistos mediante





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

solicitação da contratada, acompanhada de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, inciso II da Lei 8.666/93;

PARÁGRAFO QUARTO - Os preços propostos serão comparados com os obtidos em pesquisas de mercado pela Prefeitura Municipal de Siqueira Campos, constantes do ANEXO I, podendo utilizar-se de que trata o art. 15, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações, decidindo motivadamente;

PARÁGRAFO QUINTO – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6 DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 6.1 O Detentor do Contrato se submeterá à fiscalização do Município, ficando desde já designado o servidor Willian Marinho de Oliveira nomeado através da Portaria 17/2021, e a Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.
- 6.2 Caberá aos responsáveis pela fiscalização, também o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da contratada, devendo ser formalizado através de memorando à Secretaria Municipal de Administração, junto ao setor Licitações e Contratos, os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1 Da Contratante:

- 7.1.1 Atestar na nota fiscal e/ou fatura a efetiva entrega do objeto do Contrato, conforme representado pela nota de empenho;
- 7.1.2 Aplicar ao detentor do Contrato penalidades, quando for o caso;
- 7.1.3 Prestar ao detentor do Contrato toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;
- 7.1.4 Efetuar o pagamento ao detentor do Contrato no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;
- 7.1.5 Notificar, por escrito, ao detentor do Contrato da aplicação de qualquer sanção.

7.2 Da Contratada:

- 7.2.1 Fornecimento do objeto nas especificações e com a qualidade exigida;
- 7.2.2 Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;
- 7.2.3 Manter, durante a validade do Contrato, as mesmas condições de habilitação;
- 7.2.4 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado:
- 7.2.5 Fornecer o objeto, no preço, descrição, prazo e forma estipulada na proposta.

9



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

8 DO PAGAMENTO

- 8.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal e estará condicionado a apresentação da NF com a especificação de veículo 0 km/devendo a contratada ser Fabricante ou Concessionária autorizada, de acordo com a Lei Federal nº 6.729/79.
- 8.1.1 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

9 DOS PRAZOS, DA ENTREGA E DEMAIS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 9.1 O prazo de entrega do veículo é de até 180 (cento e oitenta) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 9.2 A entrega do objeto deverá ser realizada no Centro de Distribuição do Município, localizado na Rua Maria Carolina, S/N, Vila Barbosa, Siqueira Campos PR, CEP: 84940-000.
- 9.3 Esclarecimentos sobre as autorizações de fornecimento e entregas poderão ser obtidos através do telefone (43) 3571-1122 ou no e-mail compras@siqueiracampos.pr.gov.br, Departamento de Compras.
- 9.4 Todas as despesas com frete, carregamento, descarregamento e outras correrão por conta da empresa vencedora.
- 9.5 O contratado será obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato.
- 9.6 A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 Com fulcro no art. 7º da Lei no 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com quaisquer órgãos da União; e com base no art. 87, inciso II da Lei 8.666/1993, estará sujeita à multa, de acordo com a gravidade do inadimplemento cometido, a empresa que:
- 10.1.1 Não mantiver sua proposta ou deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos pelo edital de licitação:
 - a) Recusar-se ou deixar de enviar a proposta via Sistema Comprasnet ou remessa postal;
 - b) Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pelo Município, durante a análise da proposta;
 - c) Deixar de manter as condições de habilitação e endereço atualizado no SICAF:
 - d) Desistir expressamente de sua proposta, após a abertura da licitação.
- 11.1.1.1Para os casos correlatos a este item, a empresa inadimplente ficará impedida de licitar e contratar com quaisquer órgãos do Município pelo prazo de até 06 (seis) meses.
- 10.1.2 Deixar de celebrar a ata de registro de preços:





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

- a) Recusar-se ou deixar de enviar documento(s) necessário(s) à comprovação de capacidade para assinatura da ata de registro de preços: impedimento de licitar e contratar com o Município por até 01 (um) ano e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor total de sua proposta.
- b) Recusar-se ou deixar de assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo de validade da sua proposta: impedimento de licitar e contratar com o Município por até 01 (um) ano e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor total de sua proposta.
- c) Recusar-se ou deixar de receber a nota de empenho referente à ata de registro de preços: impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) anos e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor do empenho.
- 10.1.3 Fraudar ou falhar na execução da ata de registro de preços, e ensejar retardamento de sua execução:
- a) Recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens registrados: impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) anos e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor da ata de registro de preços.
- a) Atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias: cancelamento da ata de registro de preços; impedimento de licitar e contratar com o Município por prazo de 02 (dois) a 03 (três) anos, além de multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor da ata de registro de preços.
- b) Entregar produtos com características diversas daquelas constantes em sua proposta ou na ata de registro de preços, se recusando ou deixando de substituí-lo no prazo fixado pelo Contratante: impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 02 (dois) a 03 (três) anos, além de multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor da ata de registro de preços.
- c) Deixar de prestar garantia técnica a qualquer dos itens relativos à licitação, dentro do prazo exigido pelo edital de licitação: impedimento de licitar e contratar com o Município por prazo de 02 (dois) a 03 (três) anos, além de multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor da ata de registro de preços.
- 10.1.3.1 Nos casos em que a empresa inadimplente entregar os produtos durante o processo para sua penalização, fica facultado à Contratante receber o produto e reduzir a multa até a metade do valor inicialmente calculado, deixando de aplicar a penalidade de impedimento de licitar, de acordo com o prejuízo sofrido pela Administração.
- 10.1.4 Apresentar documento ou declaração falsa:
- a) Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório: impedimento de licitar e contratar com o Município por até 04 (quatro) anos.
- b) Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade: impedimento de licitar por até 05 (cinco) anos.
- 10.1.5 As empresas enquadradas neste item ficarão, ainda, sujeitas à multa de 20% (vinte por cento) em relação à:
- a) Valor total de sua proposta, quando a ocorrência se der anteriormente à homologação do certame;
- b) Valor da ata de registro de preços, quando a ocorrência se der após a homologação da licitação.
- 10.1.6 Cometer fraude fiscal:

4



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

- a) Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;
- b) Omitir informações em suas notas fiscais ou de outrem;
- c) Falsificar ou alterar quaisquer notas fiscais.
- 10.1.6.1 Para os casos correlatos a este item, a empresa ficará impedida de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- 10.1.7 As empresas enquadradas neste item ficarão, ainda, sujeitas à multa de 20% (vinte por cento) em relação à:
- a) Valor total de sua proposta, quando a ocorrência se der anteriormente à homologação do certame;
- b) Valor da ata de registro de preços, quando a ocorrência se der após a homologação da licitação.
- 10.1.8 Comportar-se de modo inidôneo:
- a) Atos comprovadamente realizados com má-fé ou dolo;
- b) Participação na licitação de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente, a qual será constatada com a verificação dos quadros societários, objetos sociais e/ou seus endereços, da empresa participante e da penalizada anteriormente.
- 10.1.9 Para os casos correlatos a este item, a empresa ficará impedida de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além do pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total de sua proposta ou da ata de registro de preços.
- 10.2 Além do acima exposto, a adjudicatária se sujeita às sanções de advertência e multa, constantes nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/1993, aplicadas suplementarmente, pela inobservância das condições estabelecidas para o fornecimento ora contratado, da seguinte forma:
- a) Advertência, nos casos de menor gravidade;
- b) Multa de mora de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento), calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega do objeto do Edital, sendo que a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução total da ata de registro de preços, incidindo sanções específicas, conforme item 10.1.3 acima.
- 10.3 As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir indenizações suplementares para reparar os danos advindos da violação de deveres contratuais, apurados durante o processo administrativo de penalização.
- 10.4 Será assegurado à empresa, previamente à aplicação das penalidades mencionadas nesta seção, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 10.5 A aplicação de uma das penalidades previstas nesta seção não exclui a possibilidade de aplicação de outras.
- 10.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 10.7 A dosimetria das penas, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, levará em consideração:
- a) O dano causado à Administração;
- b) O caráter educativo da pena;





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

- c) A reincidência como maus antecedentes;
- d) A proporcionalidade.
- 10.8 Ainda, nos casos em que couber, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
- 10.9 Caso as multas previstas no edital de licitação não sejam suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 416 do Código Civil Brasileiro.
- 10.10 Quando a rescisão contratual não for conveniente e oportuna à Administração, esta poderá manter em vigor a ata de registro de preços, cobrando apenas os valores referentes às multas, fundamentando expressamente as razões que motivam a manutenção da relação contratual.
- 10.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar não serão passíveis de reabilitação anteriormente ao final do prazo fixado, tendo os licitantes que cumprir sua integralidade, ressalvado o direito de apreciação judicial do ato.

Siqueira Campos, 25 de abril de 2022.

Juliana Cristina de Souza Pregoeira Oficial



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2022

PLANILHA DE PROPOSTA

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta para o fornecimento dos produtos, sob a modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 47/2022 pelo menor preço por item. Declaramos que, se vencedora, forneceremos os itens pelo preço orçado, com valor devidamente detalhado em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2022 e como segue:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	Valor Máximo Unitário R\$	Valor Máximo Total R\$
		Valor Tota	ıl da Proposta			R\$

- Prazo de entrega: em até 180 (cento e oitenta) dias após Autorização de Fornecimento
- Validade da proposta: 60 dias.
- Neste preço estão incluídas todas as despesas com frete, impostos e outros.

(Para elaborar a proposta, consultar o Título 6 do Edital e Anexo I - Termo de Referência).



O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal e estará condicionado a apresentação da NF com a especificação de veículo 0 km, devendo a contratada ser Fabricante ou Concessionária autorizada, de acordo com a Lei Ferrari nº 6.729/79.



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

ANEXO III MINUTA CONTRATO



Prefeitura Municipal de Siqueira Campos

Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

CONTRATO N° xx/2021 DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS E A EMPRESA

O MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 1837, Centro, inscrita no CNPJ/MF 76.919.083/0001-89, doravante denominado CONTRATANTE, sendo neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luiz Henrique Germano, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.473.449 SSP/PR e inscrito no CPF sob o n.º 278.117.609-59, residente e domiciliado em Siqueira Campos, Estado do Paraná, e a empresa composição do Paraná, e a empresa composição do Paraná, e a empresa macionalidade de composição de nocionalidade de composição de nacionalidade composição de contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a Aquisição de 01 veículo "0 KM" utilitário tipo PIK UP, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Siqueira Campos, conforme Resolução SESA n° 1067/2021, de acordo com as especificações do anexo I.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A entrega do veículo será de acordo com as especificações contidos no Termo de Referência (anexo I) bem como as disposições constantes no PROCESSO N° XX - PREGÃO ELETRÔNICO N° 47/2022, independentemente da transcrição, que faz parte integrante e complementar deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

4



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

O valor do presente Contrato é de R\$ (...........................), conforme a Ata de Julgamento de Proposta; podendo ser alterado nos termos do Art. 65 da Lei 8666/93:

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do valor constante na cláusula terceira correrá por conta das sequintes dotações orçamentárias:

Veículos de Tração Mecânica

500

Saúde

		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	DEPARTAMENTO
(272) 04.002/2.128/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303	Divisão de Vigilância Epidemiológica
(284) 04.002/2.129/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303	Divisão de Vigilância Sanitária
(307) 04.002/2.131/4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	303	Divisão de Atenção Básica a Saúde e transporte de pacientes
(349) 04 002/2 131/4 4 90 52 00 00 00	Equipamentos e	303,	Fundo Municipal de

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

À CONTRATANTE COMPETE:

(349) 04.002/2.131/4.4.90.52.00.00.00

4.4.90.52.52.00.00

a) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar suas entregas dentro das normas do objeto;

Material Permanente

- b) Fiscalizar as entregas em conformidade com as especificações do anexo I, de acordo com o contrato e a Lei 8.666/93;
- c) Efetuar os pagamentos em razão das entregas realizadas.
- d) Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis:
- e) Rescindir o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

A CONTRATADA COMPETE:

- a) Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com o fornecimento dos itens licitados, bem como sua entrega.
- b) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e quantificação exigidas na licitação.
- c) Obedecer ao prazo de entrega de até 180 (cento e oitenta) dias a partir do recebimento da solicitação.
- d) Entregar os itens de acordo com as especificações do anexo I.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal e



1



Prefeitura Municipal de Siqueira Campos

Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

estará condicionado a apresentação da NF com a especificação de veículo 0 km, devendo a contratada ser Fabricante ou Concessionária autorizada, de acordo com a Lei Ferrari nº 6.729/79, através de Ordem Bancária, obedecida a estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público, justificadas com a devida publicidade e conhecimento das partes contratantes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O faturamento será realizado após a entrega do item solicitado na Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento responsável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA, por ocasião da emissão da fatura (original e cópia) deverá indicar o nome do Banco, Agência e seus códigos com o respectivo número de sua conta, para que o Município de Siqueira Campos, depois de processada a fatura, providencie o pagamento;

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas com demonstrativos de preços dos itens efetivamente entregues, e respectivamente os recibos comprobatórios de entrega. Os valores apresentados pela CONTRATADA serão verificados pela Fiscalização da CONTRATANTE;

PARÁGRAFO QUARTO – Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA que tenha sido multada, antes da quitação da multa, que poderá ser descontada na fatura pendente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

O Detentor do Contrato se submeterá à fiscalização do Município, ficando desde já designado o servidor Willian Marinho de Oliveira nomeado através da Portaria 17/2021, e a Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

Caberá aos responsáveis pela fiscalização, também o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da contratada, devendo ser formalizado através de memorando à Secretaria Municipal de Administração, junto ao setor Licitações e Contratos, os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto da licitação, se estiver em desacordo com o contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

*



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 - CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo dos produtos no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, nos termos do art.65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DE PREÇOS MEDIANTE REPACTUAÇÃO

- a)Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência do Termo de Contrato;
- b) Considera-se o valor total do contrato aquele atribuído aos materiais e serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora dão Termo de contrato na execução da mesma.
- c) Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual).
- d) O índice a ser utilizado como base para eventuais revisões poderá ser o IGPM/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado) ou IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), optando o Município pelo menor índice em vigência na data da solicitação de reajuste.
- e) O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do valor do contrato no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
- f) Na ocorrência do valor tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Solicitação escrita pela CONTRATADA;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Apresentação de planilha demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos do contrato;

PARAGRAFO TERCEIRO - Os valores registrados poderão ser revistos mediante solicitação da contratada, acompanhada de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, inciso II da Lei 8.666/93;

PARÁGRAFO QUARTO - Os preços propostos serão comparados com os obtidos em pesquisas de mercado pela Prefeitura Municipal de Siqueira Campos, constantes do ANEXO I, podendo utilizar-se de que trata o art. 15, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações, decidindo motivadamente;





.

Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

PARÁGRAFO QUINTO — É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

CLÁUSULA DECIMA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

As sanções administrativas abaixo relacionadas poderão ser aplicadas à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, na forma autorizada pelo artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

- a) Advertência;
- b) Multa:
 - b.1) pela inexecução total do Contrato será de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado;
 - b.2) pela inexecução parcial das cláusulas do Contrato, dentre elas a inobservância às especificações, prazos de execução e rotinas pertinentes as entregas do objeto, será correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da solicitação, descontada do faturamento subsequente ao ato da infração;
- c) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Siqueira Campos, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir à CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A ocorrência da situação descrita na alínea "b.2" desta cláusula, não poderá ultrapassar 15 dias consecutivos, quando estará caracterizada a inexecução total do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor da multa referida nas alíneas anteriores será descontado de qualquer fatura, da garantia prestada ou crédito existente em favor da CONTRATADA. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada judicialmente, se necessário.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As multas previstas neste subitem são administrativas e não afastam a possibilidade de perquirir-se as perdas e danos.

PARÁGRAFO QUARTO - Se inexistir crédito em favor da CONTRATADA ou garantia suficiente para o enfrentamento da multa, esta será perquirida em procedimento judicial competente.

PARÁGRAFO QUINTO – O não cumprimento do objeto do contrato na forma e condições firmadas ensejará o imediato cancelamento da Nota de Empenho, e aplicação das sanções estabelecidas nos artigos 81, 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFOS SEXTO - A critério do Município de Siqueira Campos poderão ser





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando do atraso ou sendo insatisfatória a execução dos serviços ou fornecimento do material, devidamente justificado pela CONTRATADA por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela autoridade competente, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CAUSAS DE RESCISÃO

Os motivos de rescisão deste contrato, formalmente motivados nos autos do processo e assegurados o contraditório e ampla defesa são:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade das entregas do objeto nos prazos estipulados;
- c) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e neste contrato;
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- e) Do cometimento reiterado de falhas na execução, anotadas na forma de Parágrafo 1 do Artigo 67 da Lei nº 8.666/93;
- f) A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- g) A dissolução da sociedade ou falecimento do contrato;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;
- i) Razões de interesse público de alta relevância de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exageradas no processo administrativo a que se refere;
- j) A suspensão de uso execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- k) O atraso superior a 90 (noventa) dias, dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes dos serviços ou parcelas, destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato (Artigo 78 da Lei nº 8.666/93);





Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

m) A não liberação, por parte da Administração, da área ou local ou objeto para execução dos serviços nos prazos contratuais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão também poderá ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no Processo, desde que haja conveniência para a administração e judicial, nos termos da legislação processual (art. 79 da Lei nº 8.666/93)

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos de rescisão administrativa ou amigável de que trata o parágrafo anterior, a rescisão será precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES

É vedada à CONTRATADA:

- a) Caucionar ou utilizar o presente Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- b) Opor, em qualquer circunstância, direito de retenção sobre os serviços;
- c) Interromper os serviços unilateralmente ou deixar de pagar aos seus funcionários, alegando inadimplemento pela CONTRATANTE.
- d) Exigir pedido mínimo, já que será solicitado somente conforme a necessidade do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OMISSÕES E/OU TOLERÂNCIA

Qualquer omissão ou intolerância não explicitada nas cláusulas deste Instrumento serão decididas pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

.



Estado do Paraná LEGISLATURA 2021/2024 Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- II Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
- III Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Como condição para a validade do presente Contrato, caberá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste contrato e seus eventuais aditivos no Diário Oficial do Município, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da assinatura, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Comarca de Siqueira Campos, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer controvérsias deste contrato.

E, para firmeza, e prova de assim haverem entre si ajustado, partes, lavrado o presente Contrato, na forma do art. 60, da Lei nº 8.666/93, depois de lido e achado conforme, o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o subscrevem.

Siqueira Campos, XX de XXXX de 2022.

LUIZ HENRIQUE GERMANO	
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS- ESTADO DO PARANÁ

Rua Marechal Deodoro, 1837 – Centro, Siqueira Campos – PR, CEP: 84940-000 CNPJ: 76.919.083/0001-89

MEMORANDO INTERNO

De: Setor de Licitações

Para: Departamento Jurídico

Siqueira Campos, 25 de abril de 2022.

Prezado Senhor,

Encaminhamos para análise e emissão de parecer jurídico o edital de Pregão eletrônico 47/2022 cujo objeto é Aquisição de 01 veículo "0 KM" utilitário tipo PIK UP, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Siqueira Campos, conforme Resolução SESA n° 1067/2021, de acordo com as especificações do anexo I.

Atenciosamente,

Juliana Cristina de Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS – ESTADO DO PARANÁ Rua Marechal Deodoro, 1837, Siqueira Campos – PR, CEP: 84940-000 CNPJ: 76.919.083/0001-89

Parecer jurídico

Edital de Pregão Eletrônico n.º 47/2022. **LEGALIDADE**.

Veio o presente instrumento para o fornecimento de parecer jurídico acerca da legalidade do <u>EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO</u> n.º 47/2022, que iniciará o processo licitatório para a aquisição de 1 (um) veículos 0Km tipo pick-up para a Secretaria de Saúde e Assistência Social, viabilizados pela Resolução SESA de n.º 1067/2021, conforme especificações constantes do anexo I.

Frise-se que a presente análise diz respeito tão-somente aos termos legais do instrumento convocatório e seus anexos, e não ao procedimento licitatório, já que este sequer foi formalmente iniciado, tendo este parecerista tomado conhecimento apenas do instrumento convocatório, com fulcro no art. 38 da atual Lei de Licitações.

Consta nos autos memorando, estudo técnico e cópia da Resolução justificando a escolha do veículo no valor indicado. Sobre as explicações, lembre-se que tal documento sempre deve expor os reais motivos, vantagens e conclusões da contratação ou aquisição, ficando o ordenador da despesa vinculado às informações.

A modalidade escolhida e os termos legais do referido instrumento convocatório estão em consonância com a legislação específica, tendo sido observadas todas as definições para a modalidade licitatória eleita, qual seja: Pregão Eletrônico, regulada pela lei 10.520/02.

Os bens e serviços objeto deste certame parecem se enquadrar no conceito de bens comuns, estando dentro, portanto, dos ditames da Lei 10.520/02, conforme regulamenta o Decreto n.º 3.784/01. Relembre-se a vedação de indicação de marcas e do fracionamento do objeto, que deve ser verificado, além do teto estabelecido na Resolução.

A forma estabelecida para o procedimento e os prazos determinados em lei estão sendo respeitados até aqui. A fixação do valor máximo pa<u>ra o</u>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS – ESTADO DO PARANÁ Rua Marechal Deodoro, 1837, Siqueira Campos – PR, CEP: 84940-000 CNPJ: 76.919.083/0001-89

início dos lances foi feita com base no menor preço obtido em cotações, as quais constam dos autos, conforme condições estabelecidas no Convênio.

Assim sendo, nos termos ora propostos, o parecer jurídico é pela **LEGALIDADE** do presente Edital de Pregão, conforme as disposições das Leis 10.520/02 e 8.666/93 (e n.º 14.133/21), além das outras citadas no próprio Edital, devendo o feito seguir seus ulteriores termos, respeitadas a leis pertinentes.

É o parecer.

O presente edital deve ser remetido ao órgão de Controle Interno do Município para análise e parecer, nos termos do art. 113, §2°, da Lei 8.666/93 e art. 10, III, da Lei Municipal 165/07.

Siqueira Campos, 25 de abril de 2022.

Tiago Reinaldo Bagatim Nassar Advogado (Portaria 051/2011)

MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS- ESTADO DO PARANÁ

Rua Marechal Deodoro, 1837 – Centro, Siqueira Campos – PR, CEP: 84940-000. CNPJ: 76.919.083/0001-89

MEMORANDO INTERNO

De: Setor de Licitações. Para: Controle Interno.

Siqueira Campos, 25 de abril de 2022.

Prezada Senhora,

Encaminhamos para análise e emissão de parecer o edital do Pregão Eletrônico nº 47/2022.

Atenciosamente,

Ângela Costa dos Santos Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS

ESTADO DO PARANÁ - CPNJ: 76.919.083/0001-89

Controle Interno

59

Interessados: Comissão Permanente de Licitação

Pregão Eletrônico: 47/2022

Assunto: Aquisição de um veículo "O KM" utilitário pick up para a Secretaria de Sáude e Assistencia

Social do Município de Siqueira Campos.

PARECER

No cumprimento das atribuições estábelecidas nos Art. (31/el.74 da Constituição Federal, na Lei Ordinária 165/2007 e da Lei Complementar Estadual ng/113/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle previo e concomitante dos atos da gestão e, visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações:

1 OBJETO

Ocorre que chegou a este Setor de Controle Interno, para manifestação, processo Pregão Eletrônico nº 47/2022, tendo como objeto Aquisição de um veiculo "O KM" utilitário pick up para a Secretaria de Saude e Assistência Social do Município de Siqueira Campos, conforme Resolução SESA nº 1.067/2021, de acordo com as especificações do anexo

2 RELATÓRIO

O processo licitatório, em epígrafe encontra-se em volume único, o qualifoi instruído com a seguinte documentação:

- Autuação do Processó pela Comissão de Licitação com a devida numeração das páginas;
- Cotação dos preços, dentro dos valores praticados no mercado local- (fls.11-13)
- Estudo Técnico Preliminar/(fls. 03-04)
- Autorização pelo ordenador da despesa (fls.14) A MPOS Certidão de dotação orçamentária, fornecida pela Divisão de Contabilidade, atestando a dotação orçamentária para que o processo fosse autorizado (fis-16)
- Minuta do Edital (fls.17-55)
- Termo de Referência (fls.38-45)
- Indicação do Fiscal de Contrato na forma da legislação; (fls.41).
- Parecer Jurídico opinando pela aprovação da minuta do edital e contrato da licitação (fls. 56-57)
- **FUNDAMENTAÇÃO** 3

Lei 8.666/92 - Lei 10520/02 - Constituição Federal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS



ESTADO DO PARANÁ - CPNJ: 76.919.083/0001-89

Controle Interno

4 CONCLUSÃO

Logo, o processo administrativo está autuado, protocolado, numerado, rubricado com a indicação do objeto, indicação do recurso para a despesa e seu comprometimento, autorizações, edital com seus respectivos anexos e demais documentos relativos à licitação, assim se cumprindo as exigências legais do art. 38 da Lei de Licitações nº 8666/93, termo de referencia conforme Art. 8º, inciso I e II do Decreto 3.555/20 e Estudo Técnico Preliminar de acordo com Art. 18º Lei 14.133/21.

Cabe atentar que, parte dos recursos é resultante da resolução da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná – SESA n°1.067/2021 (fis.04.10) de 08 de dezembro de 2021, a qual habilitou o município de Siqueira Campos anadesão ao Programa Estratégico da Secretaria de Estado e Saúde-Incentivo Financeiro de Investimentos para o Transporte Sanitario no exercício de 2021, o que resultou no valor de R\$ 70.000,000 (fis. 09)), recurso este depositado em conta específica do município. Outra parte dos recursos são oriundos do próprio município, recurso próprio, o que corresponde a um total de 29,29% do valor montante final considerando o valor que servirá de referência de valor máximo dos lances (fls 15), ou seja, do valor que foi cotado como menor preço. Despesa esta que foi indicado recursos de ordem orçamentaria para seu comprometimento, assim, entende-se que estes recursos financeiros também deverão estar reservados para realização do ulterior pagamento

Quanto ao aspecto jurídico-e-formal-da-minuta-do-edital, o Departamento Jurídico do

Município emitiu parecer favorável sobre a legalidade e conclusão do processo.

Ante o exposto, resguardado o poder discrición ário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, e restringindo-se as especificidades do caso concreto apresentado durante os trâmites licitatorios, não-vislumbramos óbice ao prosseguimento do feito, sendo assim, deverá prosseguir o presente certame para fins da realização das demais fases. Observando-se para tanto, os prazos e disposições legais atinentes a matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atosina imprensa oficial e portal de transparência. A geração de despesas é de inteira responsabilidade do ordenador de despesas eximindo qualquer culpa ou dolo por parte do Controlador Geral do Município.

Ao Pregoeiro para conhecimento, manifestação e adoção das providências subsequentes.

É o parecer.

Siqueira Campos 26 de Abril de 2022.

Caroline Moreira de Souza **Controle Interno**

A6 | EDITAIS QUARTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2022

EDIÇÃO Nº 2939

VERSÃO ONLINE JORNALCN.COM.BR

MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - ESTADO DO PARANÁ

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 46/2022

OBJETO: Registro de preços de containers para depósito de lixo e lixeiras seletivas, a serem adquiridas conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação pelo período de 12 (doze) meses. PROTOCOLO: www.comprasgovernamentais.gov.br.

ABERTURA: 12 de maio de 2022 - Hora: 09h00min.

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal - Tel: (43) 3571-1122.

EDITAL COMPLETO - www.sigueiracampos.pr.gov.br/licitacao e

www.comprasgovernamentais.gov.br.

Sigueira Campos, 26 de abril de 2022.

Juliana Cristina de Souza Pregoeira

MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - ESTADO DO PARANÁ

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 47/2022

BJETO: Aguisição de 01 veículo "0 KM" utilitário tipo PIK UP, para Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Sigueira Campos, conforme Resolução SESA nº 1067/2021, de acordo com as especificações do anexo I.

PROTOCOLO: www.comprasgovernamentais.gov.br. ABERTURA: 12 de maio de 2022 - Hora: 14h00min.

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal - Tel: (43) 3571-1122.

EDITAL COMPLETO - www.siqueiracampos.pr.gov.br/licitacao e

www.comprasqovernamentais.gov.br.

Siqueira Campos, 26 de abril de 2022.

Juliana Cristina de Souza

Pregoeira

MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - ESTADO DO PARANÁ 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO № 349/2021, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO № 40/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM:

CONTRATANTE: Município de Siqueira Campos

CONTRATADA: Edson Rodrigues - ME

OBJETO: Acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) na quantidade de quilometragem diária das linhas 01 e 05 de transporte escolar, considerando 151 dias letivos até 31/12/2022, nos termos do Artigo nº 65, §1º, da Lei Federal nº 8666/93, conforme especificações da planilha abaixo:

Lint	a Descrição:	Quilometragem	Quilometragem	Valor
1:		Diária Inicial	Diária Aditivada	Aditivado
01	Linha Esperança/ Siqueira Campos (Cívico)	102,40 km	25,60 km	R\$ 27.252,48
05	Linha	115,40 km	28,85 km	R\$ 30.712,26
	Gramado/Guabiroba/Esperança			

nor Total: R\$ 57.964,74 (cinquenta e sete mil novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro

Siqueira Campos, 25 de abril de 2022. LUIZ HENRIQUE GERMANO PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - ESTADO PARANÁ

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 44/2022

OBJETO: Registro de preços de pneus novos, acessórios e serviços de ressolagem, duplagem e conserto de pneus usados, a serem solicitados conforme a necessidade do Município de Siqueira Campos pelo período de 12 (doze) meses.

PROTOCOLO: www.bll.org.br

INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/04/2022 - A PARTIR DAS 14h00min.

FIM DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 10/05/2022 - HORA 08h00min.

INICIO DA SESSÃO: 10 de maio de 2022 - Hora: 09h00min. INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal - Tel: (43) 3571-1122.

EDITAL COMPLETO - www.siqueiracampos.pr.gov.br/licitacao e www.bll.org.br.

Siqueira Campos, 26 de abril de 2022. Juliana Cristina de Souza Pregoeira

MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - ESTADO DO PARANÁ

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 45/2022

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de tablets, para promover a informatização da rotina de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde do município de Siqueira Campos, a serem adquiridos conforme a necessidade pelo período de 12 (doze) meses.

PROTOCOLO: www.comprasgovernamentais.gov.br. ABERTURA: 11 de maio de 2022 - Hora: 14h00min. INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal - Tel: (43) 3571-1122. EDITAL COMPLETO - www.siqueiracampos.pr.gov.br/licitacao e www.comprasgovernamentais.gov.br.

> Sigueira Campos, 26 de abril de 2022. Juliana Cristina de Souza Pregoeira



MUNICIPIO DE JAPIRA

CNPJ: 75.969.881/0001-52

Av. Alexandre Leite dos Santos, 481 - CEP: 84.920-000 - JAPIRA/PR **☎** (043)3555-1401 - www.japira.pr.gov.br

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa a Licitação nº 18/2022

Processo Administrativo nº 115/2022

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01(UMA) CADEIRA DE RODAS PARA ATENDIMENTO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVÓ № MPPR - 0061.21.000161-8, A SER CEDIDA A ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL JOÃO PROFESSOR.

	CADEIRA DE RODAS CONFORMA TILT RECLINÁVEL Cadeira de rodas conforma tilt redinável - Tipo de Quadro monobloco Registro ANVISA80118040003 Classificação de Riscol-Baixo Risco Peso 19 Kg	ORTOBRAS	1,00	4.257,00	4.257,00
	Material do quadro Alumínio Capacidado? 5 kg Dimensão da caixa (cm) L62 x C80 x A62 Larguras do assemo30035/38/40/42/44 cm Profundidades do assemo30035/38/40/550 cm Alluras do encosta)03053/40/45/50/55 cm Allura dianteira do assemto 300/56/40/550/55 cm Allura dianteira do assemto ao piso50 cm Largura totalla rargura x 20 cm Regulagam do apolo de pés de 20 cm a 48 cm Angulos de ejuste do encosto100° / 115° / 130° CambagemNA Ajuste do Centro de GravidadeNA Variaga do di Tillo" a 25° Rodas Dianteiras7° Maciça Apoio de pésBandeja Desmontável PedalFixo Eixo Traseira/Desmontável Roda Traseira/16° aro de Nykon Preuto Rada Traseira/Rado 10°				
otal por Lote	ta				4.257,00

Dotações							
1.7 5	Conta da despesa	i dilalandi programato		Natureza da despesa	Grupo da fonte		
2022	500	03.001.04.122.0003.2005	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício		

Pelo presente Termo De Ratificação, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portana nº 70/2022 e do reconhecimento da presença de requisitos exigidos pelo art. 24, inc. Il da Lei nº 8.666/93, RATIFICO o referido Processo de Dispensa bem como encaminho o presente processo para o Departamento Competente para as devidas providências quanto à contratação do objeto em epígrafe.

Japira, 26 de abril de 2022

PAULO JOSÉ MORFINATI

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022.

O MUNICÍPIO de Sertanópolis, torna público que às 09h00min horas do dia 2022, endereço www.comprasgovernamentais.gov.br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

Objeto	Quantidade	Valor Total (R\$)	Prazo (Dias)
Veiculo Tipo Pick Up	01	99.356,67	180

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro André Solano Souto, Paraná, Brasil Telefone: (43) 32328100 - E-mail compras@sertanopolis.pr.gov.br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço eletrônico: https://sertanopolis.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes, das 08:00 11:30 às 13:00 às 17:30 horas.

Sertanópolis, 25 de abril de 2022.

ANA RUTH SECCO Prefeita Municipal

André Solano Souto

Pregoeiro

39526/2022

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022.

O MUNICÍPIO de Sertanópolis, torna público que às 09h00min horas do dia endereço maio de 2022, na www.comprasgovernamentais.gov.br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, de acordo com as especificações do

cuitai, para aquisição ac.	diai, para adaisiyao de.						
OBJETO	QUANTI-	VALOR TOTAL	PRAZO				
	DADE	(R\$)	(DIAS)				
Veículo Utilitário tipo PICK	01	99.356,67	180				
UP							

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro André Solano Souto, Paraná, Brasil Telefone: (43) 32328100 - E-mail compras@sertanopolis.pr.gov.br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço eletrônico: https://sertanopolis.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes, das 08:00 às 11:30 às 13:00 às 17:30 horas.

Sertanópolis, 26 de ABRIL de 2022.

ANA RUTH SECCO

Prefeita Municipal

André Solano Souto

Pregoeiro

39651/2022

MUNICÍPIO DE SERTANOPOLIS EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022.

O MUNICÍPIO de Sertanópolis, torna público que às 09h00min horas do dia eletrônico endereço 2022, maio de na www.comprasgovernamentais.gov.br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

cuitat, para aquisição de.			
Objeto	Quantidadc	Valor Total (R\$)	Prazo
Caminhão Guindaste (Muck) 6x2,	01	690.000,00	180 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro André Solano Souto, Paraná, Brasil Telefone: (43) 32328100 - E-mail compras@sertanopolis.pr.gov.br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereco eletrônico: https://sertanopolis.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes, das 08:00 às 11:30 às 13:00 às 17:30 horas.

Sertanópolis, 26 de Abril de 2022.

ANA RUTH SECCO Prefeita Municipal

André Solano Souto

Pregoeiro

39727/2022

Piário OFICIAL Paraná

Siqueira Campos

MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - ESTADO PARANÁ

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 44/2022

OBJETO: Registro de preços de pneus novos, acessórios e serviços de ressolagem, duplagem e conserto de pneus usados, a serem solicitados conforme a necessidade do Município de Siqueira Cam-pos pelo período de 12 (doze) meses. PROTOCOLO: www.bll.org.br

INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/04/2022 - A PARTIR DAS 14h00min

FIM DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 10/05/2022 - HORA 08h00min.

INICIO DA SESSÃO: 10 de maio de 2022 - Hora: 09h00min. INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal - Tel: (43) 3571-1122.

EDITAL COMPLETO - www.siqueiracampos.pr.gov.br/licitacao e www.bll.org.br.

Siqueira Campos, 26 de abril de 2022. Juliana Cristina de Souza Pregoeira

39988/2022

MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - ESTADO DO PARANÁ

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 45/2022

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de tablets, para promover a informatização da rotina de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde do município de Siqueira Campos, a serem adquiridos conforme a necessidade pelo período de 12 (doze) meses.

PROTOCOLO: www.comprasgovernamentais.gov.br.

ABERTURA: 11 de maio de 2022 – Hora: 14h00min.

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal - Tel: (43) 3571-1122.

EDITAL COMPLETO - www.siqueiracampos.pr.gov.br/licitacao e www. comprasgovernamentais.gov.br.

Siqueira Campos, 26 de abril de 2022. Juliana Cristina de Souza Pregoeira

40031/2022

MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - ESTADO DO PARANÁ

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 46/2022

OBJETO: Registro de preços de containers para depósito de lixo e lixeiras seletivas, a serem adquiridas conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação pelo período de 12 (doze) meses.
PROTOCOLO: www.comprasgovemamentais.gov.br.

ABERTURA: 12 de maio de 2022 - Hora: 09h00min

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal - Tel: (43) 3571-1122.

EDITAL COMPLETO - www.siqueiracampos.pr.gov.br/licitacao e www. comprasgovernamentais.gov.br.

Siqueira Campos, 26 de abril de 2022. Juliana Cristina de Souza Pregoeira

40042/2022

MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS - ESTADO DO PARANÁ

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 47/2022 OBJETO: Aquisição de 01 veículo "0 KM" utilitário tipo PIK UP, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Siqueira Campos, conforme Resolução SESA nº 1067/2021, de acordo com as especificações do anexo 1. PROTOCOLO: www.comprasgovernamentais.gov.br.

ABERTURA: 12 de maio de 2022 – Hora: 14h00min. INFÓRMAÇÕES: Prefeitura Municipal - Tel: (43) 3571-1122.

EDITAL COMPLETO - www.siqueiracampos.pr.gov.br/licitacao e www. comprasgovernamentais.gov.br.

Siqueira Campos, 26 de abril de 2022. Juliana Cristina de Souza Pregoeira

40052/2022

Sulina

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO nº 23/2022

O Município de Sulina – Paraná, torna público, que no dia 11/05/2022, às 09:00 horas, estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço POR ITEM, que tem por objeto a "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CARNES BOVINA E SUÍNA DESTINADO A USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SULINA-A USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SULINAPR". INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia
27/04/2022 até dia 11/05/2022 às 08h:30min. ABERTURA DAS
PROPOSTAS: 11/05/2022, às 09h:00min. INÍCIO DA SESSÃO DE
DISPUTA DE PREÇOS: 11/05/2022, às 09h:10min. LOCAL:
http://www.comprasgovernamentais.gov.br/. Para todas as referências
de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF). O edital
estará disponível nos sites: disponível

HORN, Prefeito Municipal.

39965/2022

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00047/2022-000

1 - Itens da Licitação

1 - Veículo utilitário

Descrição Detalhada: Veículo Utilitário Tipo Motor: Diesel , Tipo Direção: Hidráulica , Tipo Refrigeração: Ar Condicionado , Tipo Freio: Abs , Tipo Tração: 4x4 , Características Adicionais: Cabine Dupla, Protetor Carter, Cd Player E Jogo Ta , Modelo: Novo , Transmissão: Manual De Cinco Velocidades A Frente E Uma À Ré , Potência Mínima Motor: 177 CV, Opcionais: Camera De Ré E

Retrovisores Eletricos, Air-Bags, Ca

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 99.000,00

1,00

Local de Entrega (Quantidade): Siqueira Campos/PR (1)

Consulta Ata do Pregão



PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS/PR

Ata de Realização do Pregão Eletrônico

Nº 47/2022

Às 14:00 horas do dia 12 de maio de 2022, reuniu-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 02/2021 de 05/01/2022 para, em atendimento às disposições contidas no Decreto 10.024/2019, referente ao Processo nº 56/2022 , realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 47/2022. Objeto: Aquisição de 01 veículo "0 KM" utilitário tipo PIK UP, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Siqueira Campos, conforme Resolução SESA nº 1067/2021, de acordo com as especificações do anexo I. Inicialmente, em conformidade com às disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a Sessão Pública, a qual, pela inexistência de propostas, está sendo encerrada, também, por caracterizar-se "licitação deserta".

Item: 1

Descrição: Veículo utilitário

Descrição Complementar: Veículo Utilitário Tipo Motor: Diesel , Tipo Direção: Hidráulica , Tipo Refrigeração: Ar Condicionado , Tipo Freio: Abs , Tipo Tração: 4x4 , Características Adicionais: Cabine Dupla, Protetor Carter, Cd Player E Jogo Ta , Modelo: Novo , Transmissão: Manual De Cinco Velocidades A Frente E Uma À Ré , Potência Mínima Motor: 177 CV, Opcionais: Camera De Ré E Retrovisores Eletricos, Air-Bags, Ca

Tratamento Diferenciado: -Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Quantidade: 1

Valor estimado: R\$ 99.000,0000

Situação: Cancelado

Unidade de fornecimento: Unidade Intervalo Mínimo Entre Lances: R\$ 1,00

Nada mais havendo a declarar foi encerrada a Sessão cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Pusauga

JULIANA CRISTINA DE SOUZA

Pregoéiro Oficial

ANGELA COSTA DOS SANTOS

Equipe de Apoio

ANGELICA OLIVEIRA SILVA RODRIGUES

Equipe de Apoio

RODRIGO TRENTINY DA SILVA

Equipe de Apoio

Imprimir o Relatório

Voltar

EDITAIS SEXTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 2022

EDIÇÃO Nº 2951





MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNP.I: 75.969.881/0001-52

Av. Alexandre Leite dos Santos, 481 - CEP: 84.920-000 - JAPIRA/PR 🕿 (043)3555-1401 - www.japira.pr.gov.br

EXTRATO DO ATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 24/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPIRA, ESTADO DO PARANÁ

Contratado: JRZ LICITAÇAO, 37.916.348/0001-33, RUA TIRADENTES, 15 - CEP: 88102040 - BAIRRO: KOBRASOL CIDADE/UF: São José/SC, representanto JONI ROBERTO ZIN, 010.090.229-46

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM KIT CIPA PARA SALVAMENTO EM RESGATE.

RZ LICITAÇÃO								
ote	len	n Produla/Produlo	Marca	Quantidade		Preço total		
1 KIT CIPA KIT CIPA USADO EN BALYAKENTOS E RESCATE, CONTENDO-PRANCHA DE POLETILENO, CAPA DE PROTEÇÃO COM ZIPPER, TIRANTE DE IMOBILIZAÇÃO, IMOBILIZADOR DE CABEÇA, COLAR CERVICAL, CONJUNTO DER TALAS, TESOURA PONTA ARROMBA, LANTERNA DE PUPILA, MÁSCARA RCP, ESPARADRAPO, KIT OUBIMADURAS, LUYA, COMPRESSA ESTÉRIL, COBERTOR TÉRMICO, BANDAGEM TRANGULAR, ATADURA E BOLSA MUITUSO.					1.489,97	1,489,97		
Total por Lote								
AL						1.489,97		

Dotação Orçamentária:

Dotações						
Exercício da despesa	Conte da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureze de despesa	Grupo da fonta	
2022	2920	07.001,10,302.0007.2029	303	3.3,90.30.00.00	Do Exercício	Ξ
de F						_

Valor total: RS 1.489,97 (Um Mil. Quatrocentos e Oitenta e Nove Reals e Noventa e Sete Centa Vigência: 60 Dies.

Fundamento: Art. 24, inc. Il da Lei nº 8.666/93

Foro: Comerce de Ibaitl. Estado do Paraná.

PAULO JOSÉ MORFINATI Prefeito Municipal Contratante

JRZ LICITAÇAO CNPJ 37.916.348/0001-33 RUA TIRADENTES São José-CEP 88102-040 JONI ROBERTO ZIN Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPIRA ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.969.881/0001-52

Av. Alexandre Leite dos Santos, 481 - CEP: 84.920-000 - JAPIRA/PR 🕿 (043)3555-1401 - <u>www.japira.pr.gov.br</u>

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPIRA ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO ADITIVO № 3, REFERENTE AO CONTRATO № 38/2019-PMJ PREGÃO Nº 11/2019-PMJ

PARTES: MUNICÍPIO DE JAPIRA e a empresa GENESIS MACHADO & CIA LTDA-ME, inscrito no CNPJ nº

DO OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA VISANDO A PUBLICAÇÃO DOS ATOS INSTITUCIONAIS E OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE JAPIRA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES;

TIPO DO ADITIVO: Prazo.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será aditivada até 23/05/2023 (vinte e três dias de maio de 2023), conforme Art. 57. Inciso II da Lei 8.666/93.

DO FORO: Fica eleito o foro da comarca de Ibaiti (PR), para dirimir dúvidas ou questões oriundas do

presente Contrato

Japira, 12/05/2022

PAULO JOSE MORFINATI 93877285953

GENESIS JESUS MACHADO 76966593915

ANDRESSA KELE CATAOCA

08233566985



MUNICÍPIO DE JAPIRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.969.881/0001-52

Av. Alexandre Leite dos Santos, 481 - CEP: 84.920-000 - JAPIRA/PR 🕿 (043)3555-1401 - www.japira.pr.gov.br

EXTRATO DO ATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 25/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPIRA, ESTADO DO PARANÁ.

Contratado: AMERICA HOTEL, 09.287.047/0001-52, CENTRO, 23 - CEP: 84900000 - BAIRRO: SÃO JUDAS TADEU CIDADE/UF: Ibaitl/PR, representante ADRIANA LIMA TUCZYNSKI, 020.633.479-64

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE HOSPEDAGEM EM HOTEL .

AMERICA HOTEL							
		Produto/Produto	Marca	Quantidade	Preço unitário	Preço total	
1	1	HOTEL DIARIA DIARIA DE HOSPEDAGEM EM MOTEL QUARTO INDIVIDUAL OU DUPLO COM CAFÉ DA MANHA.		440,00	130,00	57.200,00	
Total por Lote							
2		HOTEL DIARIA DIARIA DE HOSPEDAGEM EM HOTEL QUARTO INDIVIDUAL OU DUPLO COM CAFÉ DA MANHÁ.		130,00	130,00	16.900,00	
Total por Lote							
TOTAL						74.100,00	
Data Za Organia addata							

Potação Orçamentária

Dotações					
Exercido da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	2759	07.001.10.301.0007.2028	0	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2022	2760	07.001.10.301.0007.2028	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2770	07.001.10.301.0007.2028	493	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	2760	07.001.10.301.0007.2028	494	3,3,90,39,00,00	Do Exercício
2022	4270	11.001.27.812.0011.2042	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

do Exercício 2022.

Valor total: R\$ 74.100.00 (Setenta e Quatro Mil e Cem Reais)

Fundamento: Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93.

Foro: Comarca de Ibaiti. Estado do Paraná.

Japira. 12 de maio de 2022.

PAULO JOSÉ MORFINATI Prefeito Municipal Contratante

AMERICA HOTEL CNPJ 09.287.047/0001-52 CENTRO Ibalti-PR CEP 84900-000 ADRIANA LIMA TUCZYNSKI Representante Legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS - PARANÁ

Torna-se público que o Processo 56 – Pregão Eletrônico 47/2022, cujo objeto é Aquisição de 01 veículo "0 KM" utilitário tipo PIK UP, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Sigueira Campos, conforme Resolução SESA nº 1067/2021, de acordo com as especificações do anexo I, foi declarado DESERTO, em razão de não haver nenhuma empresa cadastrada para a participação do certame.

> - Sigueira Campos, 12 de maio de 2022. Luiz Henrique Germano Prefeito Municipal

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL **SIMPLIFICADA**

Tomas Ferracioli e outros, inscrito sob. CPF Nº: 618.480.509-68, torna público que irá requerer ao IAT a Licença Ambiental Simplificada, para atividade de Agricultura de corte a ser implantada no Sítio Santa Lúcia, Bairro Barra Grande, S/N, Município de Tomazina - PR.